

## CONCURSO PÚBLICO

**N.º 8/CP/AT/2025**

### PROGRAMA DO CONCURSO

**Autoridade Tributária e Aduaneira**

**Aquisição de fardamento para o pessoal afeto às carreiras especiais da Autoridade Tributária e  
Aduaneira – Fase 1**

ÍNDICE

<b>CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS</b> .....	<b>3</b>
Artigo 1º Identificação do concurso.....	3
Artigo 2º Entidade adjudicante .....	3
Artigo 3º Órgão que tomou a decisão de contratar .....	3
Artigo 4º Fundamento do procedimento.....	4
Artigo 5º Esclarecimentos e retificações.....	4
Artigo 6º Impedimentos.....	4
Artigo 7º Leilão eletrônico.....	4
<b>CAPÍTULO II PROPOSTAS</b> .....	<b>4</b>
Artigo 8º Modo e prazo de apresentação das propostas .....	4
Artigo 9º Elementos e documentos para apresentação de proposta.....	5
Artigo 10º Propostas variantes.....	6
Artigo 11º Negociação.....	6
Artigo 12º Entrega de Amostras .....	6
<b>CAPÍTULO III - AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS</b> .....	<b>6</b>
Artigo 13º Critério de adjudicação .....	6
Artigo 14º Critério de desempate .....	7
Artigo 15º Relatório preliminar .....	7
Artigo 16º Audiência prévia .....	7
Artigo 17º Relatório final .....	7
<b>CAPÍTULO IV - HABILITAÇÃO E CELEBRAÇÃO DO CONTRATO</b> .....	<b>8</b>
Artigo 18º Notificação da decisão de adjudicação .....	8
Artigo 19º Documentos de habilitação.....	8
Artigo 20º Caução .....	9
Artigo 21º Redução do contrato a escrito.....	9
Artigo 22º Encargos.....	9
Artigo 23º Legislação aplicável .....	9

**CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**
**Artigo 1º Identificação do concurso**

1. O presente concurso público tem por objeto a formação de contrato para aquisição de fardamento para o pessoal afeto às carreiras especiais da Autoridade Tributária e Aduaneira - Fase I, repartido por 2 lotes, conforme se refere:

N.º Lote	Designação do Lote	Peças do Uniforme de atividade Operacional e equipamentos de proteção e segurança	Quantidade Máxima	Modelo Anexo
1	Peças de vestuário	Calças multibolsos de tecido de algodão azul-escuro (Feminino)	191	I
		Calças multibolsos de tecido de algodão azul-escuro (Masculino)	306	II
		Polo de manga curta (Feminino)	195	III
		Polo de manga curta (Masculino)	307	IV
		Camisa de manga comprida, de algodão de cor azul-claro (Feminino)	307	V
		Camisa de manga comprida, de algodão de cor azul-claro (Masculino)	497	VI
		Cinturão de velcro	258	VII
		Gravata de segurança em poliéster	249	VIII
		Parka de tecido impermeável	308	IX
		Parka bicolor, amarelo e azul, impermeável de alta visibilidade	361	X
			Conjunto dos elementos de identificação e distintivos	412
2	Botas	Bota de cabedal e nylon de cor preta	262	XI
		Botas de proteção	266	XII

2. As quantidades máximas acima referidas poderão ter uma variação de aproximadamente 5%.

**Artigo 2º Entidade adjudicante**

1. A Entidade Adjudicante é o Estado Português, através da Autoridade Tributária e Aduaneira do Ministério das Finanças, adiante designada por AT, com o NIF 600084779, sito na Rua da Prata, n.º 20 e 22 – 1149-027 Lisboa.
2. Os contactos para todas as formalidades respeitantes ao presente concurso são assegurados através da plataforma eletrónica: <https://community.vortal.biz/sts/Login>

**Artigo 3º Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada em 21/01/2025, pela Sra. Diretora de Serviços de Gestão de Recursos Financeiros da AT, Dra. Maria Judite Gamboa, no uso de competência subdelegada, conforme despacho n.º 13038/2024, de 23/10/2024, publicado no D.R., 2.ª série, n.º 214, de 05/11/2024.

#### **Artigo 4º Fundamento do procedimento**

A escolha do procedimento por concurso público, com publicação de anúncio no *Jornal Oficial da União Europeia*, fundamenta-se nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, adiante designado por CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, aplicando-se-lhe o disposto no artigo 130º e seguintes.

#### **Artigo 5º Esclarecimentos e retificações**

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar, por escrito, na plataforma eletrónica utilizada pela AT, através do endereço: <https://community.vortal.biz/sts/Login> os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.
2. Até ao termo do prazo referido no número anterior, os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos do artigo 50.º do CCP.
3. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do júri do concurso e são prestados, por escrito, através da plataforma eletrónica, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
4. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

#### **Artigo 6º Impedimentos**

- 1- Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento as entidades que se encontrem em qualquer das situações de impedimento referidas no artigo 55.º do CCP, salvo relevação dos impedimentos de acordo com o artigo 55º - A do CCP.
- 2- A verificação de qualquer uma das situações previstas no artigo 55º do CCP, salvo relevação dos impedimentos de acordo com o artigo 55º - A do CCP, relativamente a qualquer dos concorrentes ou, no caso de agrupamentos concorrentes, a qualquer dos seus membros determina a imediata exclusão da proposta apresentada, seja qual for a fase em que o procedimento se encontre e, quanto a agrupamentos, mesmo que a irregularidade não se verifique em relação aos demais elementos que os integram.

#### **Artigo 7º Leilão eletrónico**

Não há lugar a leilão eletrónico.

### **CAPÍTULO II PROPOSTAS**

#### **Artigo 8º Modo e prazo de apresentação das propostas**

1. A apresentação de proposta deverá ser realizada de forma eletrónica, nos termos do n.º 1 do artigo 62.º do CCP, devendo cumprir com o disposto nas alíneas seguintes:
  - a) Data limite de entrega: até às 17H00, do 45.º dia a contar da data de envio do anúncio ao Serviço de Publicações Oficiais da União Europeia para publicação, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 136.º do CCP.
  - b) Prazo validade das propostas: 180 dias
- c) A entrega das propostas do presente procedimento será efetuada na plataforma de contratação acessível através do endereço: <https://community.vortal.biz/sts/Login>.
2. A proposta deve ser assinada eletronicamente, utilizando uma assinatura eletrónica qualificada.
3. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas e documentos que as acompanham, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõe, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora referida no número anterior.

#### **Artigo 9º Elementos e documentos para apresentação de proposta**

1. Da proposta do concorrente deverá constar para cada lote, os seguintes elementos:
  - a) Preço unitário de cada bem que constitui cada lote a que concorre, S/IVA;
  - b) O preço total do lote a que concorre, S/IVA;
  - c) O preço total da proposta, S/IVA;
  - d) Taxa de IVA aplicável;
2. A proposta deve ser constituída pelo seguinte:
  - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), previsto no n.º 6 do artigo 57º do CCP, conforme modelo **Anexo I** deste Programa;
  - b) Uma amostra de cada peça de uniforme que compõem o lote a que concorre, conforme cláusula 6.ª do caderno de encargos (CE).
  - c) Fichas técnicas dos bens, comprovativas das características técnicas exigidas pelo CE e seus anexos.
  - d) Relatório original dos ensaios elaborado por um laboratório independente e credenciado por autoridades competentes, como por exemplo o CITEVE – Centro Tecnológico das Industrias Têxtil e do Vestuário de Portugal ou equivalente;
  - e) Documentos comprovativos da vinculação dos subscritores da proposta e do nexa I previsto na alínea anterior, a forma de obrigar prevista para o concorrente em apreço (certidão permanente, procuração, etc), observado o n.º 4 e n.º 5 do artigo 57.º do CCP.
  - f) Documentos que contenham os atributos da proposta de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, nos termos da al b) do n.º 1 do artigo 57º do CCP.

- g) Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP.
3. Todos os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa com exceção dos documentos que contenham especificações técnicas que poderão ser redigidos em língua inglesa, nos termos do n.º 2 do art.º 58.º do CCP.
4. Os preços são indicados em euros, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e devem ser apresentados com arredondamento a duas casas decimais.
5. Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deve ser previamente requerida pelos interessados, nos termos do artigo 66.º do CCP.

#### **Artigo 10º Propostas variantes**

Não são admitidas as propostas que envolvam alterações das cláusulas do Caderno de Encargos, nem a apresentação de variantes, nos termos do n.º 7 do artigo 59.º do CCP.

#### **Artigo 11º Negociação**

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

#### **Artigo 12º Entrega de Amostras**

1. Nos termos do artigo 49-Aº do CCP e da Portaria n.º 72/2018, de 09/03, deve ser entregue com a proposta, sob pena de exclusão, uma amostra por cada peça de uniforme que compõem o referido lote, conforme cláusula 6.ª do CE, a fim de aferir a conformidade do bem entregue, devendo respeitar as características técnicas identificadas no caderno de encargos e seus anexos.
2. As amostras das peças propostas devem ser entregues, em involucro fechado, com identificação do número do procedimento, até à data limite de entrega de propostas, no seguinte endereço e horário, Rua da Prata, n.º 20 e 22, 1149 -027 - em Lisboa, em dias úteis das 10:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00.
3. As amostras entregues para efeitos de aferição dos respetivos parâmetros e atributos serão entregues à guarda do júri, que as irá reter na sua posse até à conclusão do procedimento aquisitivo. Os concorrentes excluídos ou preteridos no âmbito do presente procedimento, podem solicitar a devolução das amostras entregues após a celebração do respetivo contrato escrito a que houver lugar.

### **CAPÍTULO III - AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

#### **Artigo 13º Critério de adjudicação**

O critério de adjudicação utilizado é o da proposta economicamente mais vantajosa determinado pela modalidade Monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço, conforme referido no al. b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, aprovado pelo D.L. n.º 18/2008 de 20/01, alterado pela Lei n.º 30/2021, de 21/05.

#### **Artigo 14º Critério de desempate**

No caso de se verificarem situações de empate na classificação das propostas será utilizado como critério de desempate o definido na alínea c), do n.º 5 do artigo 74.º do CCP, na sua redação atual, o sorteio, a desenrolar presencialmente com o júri do concurso e com os interessados, em data, hora e local a comunicar com a antecedência mínima de três dias, do qual será lavrada ata por todos os presentes. O sorteio realizar-se-á através de extração direta de cupões com a designação dos concorrentes admitidos cujas propostas têm o mesmo preço. A ordem de extração dos cupões corresponderá à ordenação das respetivas propostas dos concorrentes admitidos.

#### **Artigo 15º Relatório preliminar**

1. Após a análise das propostas e da aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora, fundamentadamente, um relatório preliminar de avaliação, no qual propõe a ordenação das propostas apresentadas.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri também propõe, fundamentadamente, a exclusão das propostas nos termos do artigo 146.º do CCP.

#### **Artigo 16º Audiência prévia**

Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o júri envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo de 5 (cinco) dias úteis, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos do artigo 147.º do CCP.

#### **Artigo 17º Relatório final**

1. Cumprido o disposto no número anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes, efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de propostas se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos de exclusão.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

3. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação, nos termos do artigo 148.º do CCP.

## **CAPÍTULO IV - HABILITAÇÃO E CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

### **Artigo 18º Notificação da decisão de adjudicação**

1. A decisão de adjudicação é comunicada, em simultâneo, a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final de análise das propostas.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação e de minuta de contrato a entidade adjudicante notifica o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação referidos no artigo seguinte, nos termos do n.º 2 do artigo 77º do CCP.

### **Artigo 19º Documentos de habilitação**

1. De acordo com o artigo 81º do CCP, o adjudicatário deve apresentar, na plataforma <https://community.vortal.biz/sts/Login>, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da adjudicação os seguintes documentos:
  - Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos;
  - Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP (nomeadamente certidões da autoridade tributária, da segurança social e registos criminais dos titulares de órgão de administração e/ou gerência);
  - Certidão comercial atualizada;(procurações, contrato consórcio, caso aplicável, etc.)
  - Documento comprovativo de inscrição no Registo Central do Beneficiário Efetivo, nos termos do disposto no artigo 36.º do Anexo à Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, no artigo 34.º da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto e ainda da Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto.
2. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na internet o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º da Portaria 372/2017, de 14/12.
3. Com o consentimento do adjudicatário, nos termos da lei, a entidade adjudicante consulta a informação relativa a qualquer dos documentos referidos no número anterior, estando dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 1. Para esse efeito, informa-se que a AT é detentora do NIPC n.º 600084779, podendo com esse número o cocontratante formalizar o consentimento junto da entidade competente para tal.

4. O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 81º do CCP, na sua atual redação, se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, de acordo com o n.º 10 do art.º 81.º do CCP.
5. Nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 85.º do CCP, o prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias.
6. Nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, pode ser concedido um prazo adicional de 2 dias úteis para supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados.

#### **Artigo 20º Caução**

Não há lugar a prestação de caução, nos termos do n.º 2 do art.88º do CCP.

#### **Artigo 21º Redução do contrato a escrito**

O contrato será reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas, de acordo com o previsto no do nº 1 do artigo 94º e na al. a) do n.º 1 do artigo 95º do CCP, sendo os respetivos encargos suportados pelo adjudicatário.

#### **Artigo 22º Encargos**

São encargos do adjudicatário as despesas e encargos em que este haja de incorrer em virtude das obrigações emergentes do contrato.

#### **Artigo 23º Legislação aplicável**

Em tudo o que não estiver previsto no presente Programa do Procedimento, bem como no Caderno de Encargos será aplicável o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual e respetiva legislação regulamentar.

#### **ANEXOS:**

- I. Anexo I - DEUCP (26 páginas);